O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 12 | Nº 36 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7482519

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

A HISTORIOGRAFIA ENTORNO DA ÚLTIMA GUERRA NA AMÉRICA DO SUL: CENEPA 1995

Miguel Fernando Iturralde Maya[1]

Tássio Franchi[2]

Resumo

A região do alto rio Cenepa, ne região amazônica foi o palco do último enfrentamento militar entre Equador e Peru. A Guerra do Cenepa (1995) foi o último confronto armado entre os dois países ao longo do século XX. O estado equatoriano perdeu porções expressivas de seu território nos conflitos anteriores, amargando derrotas em 1941 e 1981. O resultado em 1995 foi diferente devido a uma preparação prévia e a condução das operações no terreno. Este artigo levanta como o conflito foi retratado na historiografia por diferentes autores, equatorianos, peruanos e internacionais.

Palavras chave: Amazônia; América do Sul; Fronteiras; Guerra do CENEPA.

Abstract

The region of the upper Cenepa River, in the Amazon region, was the scene of the last military confrontation between Ecuador and Peru. The Cenepa War (1995) was the last armed confrontation between the two countries throughout the 20th century. The Ecuadorian state lost significant portions of its territory in previous conflicts, suffering defeats in 1941 and 1981. The result in 1995 was different due to prior preparation and the conduct of operations on the ground. This article raises how the conflict was portrayed in histography by different authors, Ecuadorian, Peruvian and international.

Keywords: Amazon; Borders; CENEPA War; South America.

O atual território do Equador foi constituído após uma série de perdas territoriais nos últimos séculos após sua independência da coroa espanhola. Parte destas perdas ocorreram no século XX, causadas pelos interesses dos países vizinhos, talvez, pela ausência de uma visão política ciosa da manutenção das fronteiras, e mesmo pela ineficiência estatal prover meios capazes de defender seu território.

No ano de 1995, as Repúblicas do Equador e do Peru se enfrentaram, numa guerra que foi a última ocorrida na América do Sul. Este conflito se concentrou na área do Vale do rio Cenepa (FRANCHI; MIGON; JIMÉNEZ, 2017). Onde havia uma questão de limites pendentes devido ao fato de que não era possível se aplicar o estabelecido pelo Protocolo do Rio de Janeiro (1942) que estabelecia a fronteira sobre um dado divisor de águas, devido a presença do Rio Cenepa. Como consequência desta guerra, foi determinado definitivamente as fronteiras entre os dois países, terminando assim com o conflito centenário que manteve toda a região durante esse tempo uma fronteira instável, o que acabou por afetar seu progresso e desenvolvimento.

[1] Graduado, mestre e doutorando em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). E-mail para contato: miturrald@yahoo.es

[2] Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: tasfranchi@gmail.com

Esta pesquisa foi motivada por interesses pessoais e profissionais. O primeiro em razão da participação do autor na linha frente do conflito, como comandante da equipe de combate. O segundo em razão de tentar compreender a importância do treinamento em selva para o desenvolvimento das operações neste ambiente (SOUTO; PAIM; FRANCHI, 2018). Acreditamos que analise deste conflito possa gerar novos conhecimentos a respeito da eficiência dos treinamentos em tempos de paz, o que pode permitir melhorar para as futuras operações do Exército Equatoriano.

Da ótica social, o impacto do conflito do Cenepa, no Equador, foi significativo, isto em razão da coesão nacional que foi fundamental para a consecução dos objetivos determinados. O apoio nacional as instituições armadas, transmitiu para as Forças Armadas uma mensagem de confiança e amparo para o cumprimento de sua missão.

Procuramos realizar um estudo sobre os antecedentes históricos do conflito entre Equador e Peru, concentrados nas atividades desenvolvidas na Guerra do Cenepa. Para isso nos apoiamos na História Militar do Equador (2010); Centro de Estudos Históricos do Exército do Equador (2008); Boletins da Centro de Estudos Históricos do Exército do Equador-ACNH nº 1,2,4,6,8; AHME (2014); Moncayo (2010; 2011); Marcella (2013); Mares (2009; 2012), (2012); Gallardo (1995); Dovronsky (2014); Barroso (2008); Chacón (2012); Fournier (1995); Chiabra (1995), Hernández (1997); Donoso (1995); Barroso (2007). A análise historigráfica construída dividindo os diferentes conflitos cronologicamente separados e buscando, sempre que possível, contrapor autores equatorianos, peruanos e internacionais. A revisão bibliográfica se baseou na literatura disponível, em periódicos acadêmicos e profissionais de fontes *open access*, ou do portal de periódicos CAPES.

A Guerra do Cenepa foi a última guerra interestatal lutada no continente sul-americano. Acreditamos que a investigas ajuda a compreender o motivo que originam conflitos armados, acordos e resoluções, a condução das operações e as táticas empregadas. O texto está organizado da seguinte forma. Diferenciamos atores equatorianos, peruanos e de outras nacionalidades, bem como civis e militares, testemunhos do conflito escritos por militares de diferentes patentes e de ambos países, que fazem uma descrição do cotidiano e dos fatos, além do que, quando cruzados os dados, fornecem pontos de vista diferentes sobre determinados eventos e operações e possibilitam comparar as versões. Algumas destas obras ainda trazem documentos primários que se referenciam.

HISTÓRIA TERRITORIAL DO EQUADOR

Para Hans Kelsen o Estado é formado por três elementos: População, Território e Poder, do ponto de vista político, o espaço geográfico dos Estados se apresenta como uma característica essencial para o aspecto soberano.

Todos os Estados cuidam com muito esmero de seu território. A história tem registrado em todas as épocas esse modo de agir insuperável dos Estados pela preservação e defesa de seus direitos territoriais. Este zelo exige respeito aos limites e tem sido a principal razão da maioria dos conflitos internacionais, as fronteiras são sempre áreas sensíveis (MATTOS, 2011, p. 13).

Segundo Max Weber "o Estado é o único que exerce o uso legítimo da força física dentro de território determinado". O monopólio da violência é exercido através das instituições estatais como as Forças Armadas e os organismos de segurança, que assumem funções de defesa e segurança no cumprimento das políticas a fim de alcançar o desenvolvimento nacional e manter as relações exteriores.

Dos conceitos expostos observarmos claramente a importância e a responsabilidade dos governantes que exercem o poder em estabelecer políticas estatais para cada uma das Expressões do Poder e assim manter a estreita relação Estado-População-Poder.

O Estado é um organismo vivo, diz Ratzel e a fronteira é a epiderme do corpo estatal e expande e morre quando o corpo morre. Esta visão gera o "Determinismo geográfico", que estabelece que o homem é produto do meio, ou seja, as condições naturais que determinam sua vida em sociedade. O homem será escravo de seu próprio espaço e realidade, sendo ele que irá determinar se um país fragilidade do país, quando escolhe líderes incapazes de preparar uma defesa adequada de seus direitos levando-os a perda do território.

O atual território equatoriano tem como base o antigo "Reino de Quito". A conquista espanhola reconhece esta situação e cria em Quito uma governabilidade, que foi o centro de novos descobrimentos e conquistas, entres esses acontecimentos podemos citar o descobrimento do Amazonas em 1542, por Francisco de Orellana. Em 1563, pela Real Audiência de Quito, o território dispunha de uma extensão de 1.037.890 Km^2 e através dos anos esse mesmo território foi se reduzido chegando a 272.045 km^2 de extensão.

A colônia espanhola projetou suas cidades como instrumento de dominação e se caracterizou por aplicação insistente para assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de núcleos populacionais estáveis e bem organizados (HOLANDA, 1995, p. 95), entretanto, a falta de uma espírito impetuoso que lhes impulsionassem a avançar, os aventureiros portugueses denominavam de "bandeirantes" (MONCAYO, 2001, p. 24), mas o Equador republicano não tem se preparado no sentido de fortalecer suas fronteiras, nem com presença militar nem com organismos estatais que gerem um desenvolvimento populacional, em fim negligenciaram no trato com as fronteiras.

Dos Estados Nacionais surgiu a América do Sul no século XIX, com territórios e limites incertos quando foi aplicado o *Uti Possidetis juris,* baseado na divisão territorial administrativa colonial

estabelecidas nas Cédulas Reais, ocasionado pela ambição territorial dos vizinhos, se vendo obrigados a empregarem a força e a diplomacia para alcançar avanços significativos sobre sua soberania territorial. A "consciência histórica do outro" fomentado pelos textos de história da cada país, segundo Luna (1999), fundamentou a ideologia e a defesa do território do Estado Nação, e também consolidou as visões ultranacionalistas prepotentes, expansionistas e guerreiras nesses Estados. O quadro 1 mostra uma cronologia do conflito Equador Peru.

Quadro 1 - Principais Eventos com o Impacto na História sobre os Limites do Equador

1563	Criação da Real Audiência de Quito com 1.037.890 km^2 de extensão.
1802	Cédula (edição) do Rei da Espanha. De caráter religiosos e militar, não é territorial. Transfere a responsabilidade do Vice-Rei de Nova Granada ao Vice-Rei do Peru.
1809	Aplicação do *Uti Possidetis Juris*.
1822	Batalha do Pichincha, independência do Equador (como parte da Grande Colômbia).
1824	Batalha de Ayacucho, independência do Peru.
1829	27 de fevereiro, Batalha de Tarqui, as forças da Grande Colômbia derrotam o Peru. Assinatura do Tratado de Guayaqui, que estabelece fronteiras "iguais para os Vice-Reis da Nova Granada e Peru existentes antes da independência".
1830	Protocolo Pedemonte-Mosquera, estabelece o Marañon (Solimões) como fronteira entre Equador e Peru, nunca foi ratificado pelos Congressos dos países citados. 1832 – Tratado Pando-Noboa, que reconhece as fronteiras existentes. Jaen e Mainas que estavam ocupadas pelo Peru.
1859	Ocupação de Guayaquil por parte do Peru na guerra com o Equador.
1860	Tratado de Mapasingue do Equador, que reconhece direitos territoriais do Peru sob a Cédula de 1802. O tratado foi cancelado pelo Congresso dos dois países citados.
1890	Tratado García-Herrera, assumir o compromisso sobre as fronteiras ao desenhar uma fronteira que aproxime os territórios que por tradição que estejam sob jurisdição de cada país; ratificado pelo Equador, mas mantida pelo Peru.
1936	Ata de Lima, reafirma o compromisso do Acordo de 1924, onde se mantém o *status quo* das fronteiras "sem reconhecimento dos direitos territoriais" durante o tempo.
1941	Invasão peruana ao Equador (julho-setembro).
1942	Protocolo do Rio (29 de janeiro): Tratado de Paz, Amizade e Limites, assinado pelo Peru e Equador apoiado pelos Estados Unidos, Argentina, Brasil e Chile, aprovado pelos Congressos do Peru e Equador em 26 de fevereiro. Comissão Binacional para estabelecer os limites.
1945	O julgamento de Brás Dias de Aguiar ante as divergências. Em 1947 foi feito um mapa aéreo, complementado pela força aérea norte americano que entregou os mapas dos países.
1960	O presidente José Maria Velasco Ibarra declara que "o Tratado do Rio não tem validade" (agosto)
1981	Hostilidade entre Equador e Peru na Cordilheira do Cóndor.
1991	Instalação do destacamento de Pachacutec, é assinado o "Acordo de Caballeros" entre os ministros das Relações Exteriores do Equador e Peru, foi desaprovado pelo Peru.
1995	Conflito no Cenepa devido as disputas na área fronteiriça. A solução foi obtida através da intervenção dos dois países e que foram garantidas pelo Protocolo do Rio.
1998	Resolução final oferecida pelos fiadores; Acordos de Paz firmados pelos presidentes Mahuad e Fujimori, em Brasília (26 de outubro).

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Mares (2009, p. 71); Moncayo (2011, p. 24); Scott (1997, p. 135).

Os países Latino-americanos contrários aos europeus são basicamente territoriais, a Nação hispano-americana foi dividida especialmente pelos colonizadores que com a colonização e a independência se fragmentou em vários Estados; as razões pelos problemas entre esses países são territoriais. As fronteiras perderam com o passar dos anos valor geográficos e simbólicos que tiveram no

passado e é importante que haja uma transição de um confronto geográfico para uma integração ou ao menos uma intenção de cooperação (BARROSO, 2007, p. 91).

O Estado Latino-americano era incapaz de se organizar, fato que o caracterizou não foi sua concentração de poder, mas sim a diluição deste (CENTENO, 2012, p. 14). A sentença anterior descreve plenamente como Equador republicano; um país frágil, sem planos, nem objetivos, incapaz de desenvolver uma capacidade dissuasiva, se expôs e não pode enfrentar a cobiça e a ambição dos outros países. A história do Equador está marcada como temos visto incontáveis desdobramentos territoriais causados pelos interesses de seus vizinhos, devido à ausência de uma visão e de uma clara política internacional.

Os grandes desdobramentos territoriais que ocorreram no território equatoriano foram ocasionados devido a não existência de líderes capazes de enfrentar com interesse e coragem a responsabilidade das ações nos momentos decisivos de sua história. Nesta oportunidade, muitas das autoridades equatorianas preferiram o elogio e a comodidade do poder, a velar pelos interesses nacionais. Não se estruturam por uma pátria forte, não projetaram planos de desenvolvimento, não compreenderam a necessidade de se fortalecer a presença das Forças Armadas como "coluna vertebral" do Estado. Nos momentos mais críticos podemos sentir a ausência de uma visão geopolítica e geoestratégica nacional, que venha permitir e estabelecer com clareza os objetivos nacionais. Nesse momento foi notório a falta da Unidade Nacional minada pelo regionalismo separatista, prevaleceu a distorção sobre a interpretação de uma vocação pacifista, que acabou gerando a debilidade dos planejamentos diplomáticos, devido principalmente ao abandono e a desatenção com as Forças Armadas.

Os problemas limítrofes "a disputa fronteiriça entre Equador e Peru é processo vinda da administração colonial espanhola e imposta pelos limites imprecisos que os Estados Latino-americanos herdaram desde tempos de sua independência" (BRUCE, 1999). Uma longa história de confrontações e tratados deram origem a numerosos desdobramentos territoriais no Equador, estando gravado então, plenamente nas mentes e nos espíritos de todos os equatorianos, especialmente nos soldados que tinham como missão honrar com suas ações de combate as aspirações de não dar nem um passo atrás pela defesa do território nacional já tão manchada ao longo de toda a história do Equador e não seriam eles que iriam permitir a ocorrência um novo ultraje que afetasse o solo nacional.

OS CONFLITOS DO SÉCULO XX: 1941, 1981 E CENEPA

É importante ressaltar que cada país conta sua história sob sua ótica e visão. A presente análise procurará incorporar versões equatorianas, peruanas e visões internacionais sobre os três últimos conflitos.

A Invasão Peruana de 1941

A situação política equatoriana na década de 30 continuava sendo instável e os militares se enfraqueciam nas lutas políticas domésticas. Diferentemente o Peru, iniciava a saída da era ditatorial. Os oficiais peruanos culpam a politização de suas instituições durante os dias de autoritarismo pela derrota contra a Colômbia. Em seguida, as Forças Armadas se profissionalizaram para poder cumprir sua missão: a defesa do território nacional. Esta assimetria do desenvolvimento político sofreria dramáticas consequências (MARES, 2009, p. 55).

O presidente peruano Dr. Manuel Prado, em 1941, possuía um absoluto e claro planejamento para atacar o Equador, planejamento este que vinha sendo desenvolvido desde janeiro de 1941, tendo como suporte as Forças Armadas, através da criação do Agrupamento do Norte preenchendo as vagas até o mês de abril.

Uma impressão da guerra de 1941 é fundamental para a valorização da disputa. Nesta guerra o Peru venceu sem muita dificuldade, as Forças peruanas sob o comando do General Eloy Urreta invadiram o Equador com 15.000 homens contra 3.000 soldados equatorianos pobremente conduzidos e equipados (MARCELLA, 2013, p. 3).

O plano seria desenvolvido por cinco grandes operações, uma naval para bloquear o porto de Guayaquil - bloqueio o litoral equatoriano, operação combinada para capturar o Porto Bolívar e Guayaquil, as ilhas Galápagos. Estas operações sob o comando do general Eloy Urreta. As informações do EEM peruano expunham que a situação do exército peruano era medíocre e que existia uma grande diferença em comparação com o potencial peruano.

O propósito desta invasão foi solucionar de forma definitiva a disputa pela fronteira, em fim o Equador não tinha condições nenhuma para esta guerra, enquanto o Peru se encontrava totalmente preparado. Assim, as posteriores expressões de temor em relação a ameaça do militarismo peruano, se fundamentaram na conduta do general Urreta e outros elementos de liderança militar. O principal erudito dos Estados Unidos sobre a evolução das Forças Armadas modernas do Peru, se manifestou: Urreta recebeu ordens em junho de somente manter as posições atuais e repelir qualquer ataque equatoriano, entretanto o general estava relutante em cumprir essas instruções, e entregou um ultimato a Prado (Manuel, presidente do Peru), quando anuncia que se não permitisse dar andamento nas operações contra as Forças Armadas equatorianas na região de. Tumbes, este fato produziria uma revolta militar contra o Governo Peruano (MARCELLA, 2013, p. 4).

Durante o mês de junho de 1941, se desenvolviam vários conflitos e um ataque a patrulha equatoriana, evidenciando a existência de um grande movimento por parte das Forças peruanas ao longo

da fronteira na província de El Oro. Em 15 de junho, no Peru, foi ordenado o fechamento da fronteira com o Equador. Mas, as autoridades militares equatorianas somente agora compreendem a gravidade do problema e buscam de alguma maneira solucionar as grandes necessidades de suas Forças.

O leste do Peru logo após o cessar fogo em 31 de julho, nos primeiros dias de agosto utilizando todos os meios da V Divisão, atacaram os destacamentos de Yaupi, Santiago, Tarqui, Rocafuerte, Montalvo, Huachi, Corrientes. Com essas ações heróicas em defesa do território equatoriano temos ainda as ações de Porotillo, em 11 de setembro, Panupali, em 18 de setembro, quando as unidades peruanas sofreram uma emboscada e seguiam avançando no território equatoriano. Em 12 de outubro de 1942, foi assinado o Acordo de Talara, patrocinada pelos países que apoiavam uma solução para o conflito como a Argentina, Brasil e Estados Unidos, junto a representantes do Equador e Peru.

Em 29 de janeiro de 1942 foi assinado o Protocolo do Rio de Janeiro, aproveitando a reunião de chanceleres que pressionaram para que se efetuasse a assinatura do Protocolo e assim fossem estabelecidos os limites fronteiriços, sob penas que o Peru continue avançando pelo território equatoriano, aqui é deixado de lado constância das tropas peruanas em manterem a ocupação no território equatoriano, já que a delegação equatoriana se utiliza de três formas de coação nesse momento: invasão, ameaça e a necessidade de uma Unidade Continental.

Em razão da complicada geografia da Cordilheira do Cóndor apresentam-se problemas para a demarcação da fronteira nesta área com alto grau de dificuldade para solucioná-los e assim determinar com clareza, tendo como limite divisor as águas entre os rios Zamora e Santiago, tornou-se necessário solicitar ao Governo dos Estados Unidos que dispunham de organismos técnicos e assim fazer uma fotografia aérea da área envolvida. O pedido foi aceito e entregue em 27 de fevereiro de 1947. O conhecimento desses documentos permitiu estabelecer a realidade geográfica da Cordilheira do Cóndor, a verdadeira extensão e importância do rio Cenepa e consequentemente a inexistência do divisor de águas indicado no Protocolo do Rio de Janeiro. Em lugar de um, existiam vários divisores de águas entre os rios Santiago e Cenepa, neste último o ainda o rio Zamora, assunto desconhecido em 1942 (MONCAYO, 2011, p. 40).

Em 30 de janeiro de 1995, o diário El Clarín, publicou o artigo de Rogelio García Lupo, que retrata com lucidez o que ocorreu no Rio de Janeiro, quando novamente os dois países estavam em conflito:

> O conflito armado de 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, o qual o mundo apenas tomou nota de que o Exército peruano estava dizimando o Exército equatoriano. Em 1942 os dois países foram arrastados para uma conferência no Rio de Janeiro e forçados a assinarem um acordo que privou o Equador de quase 200.000 km^2 de seu território. A rivalidade entre o Peru e Equador foi varrido para debaixo do tapete, durante os cinquenta anos para que seguissem com a paz que os Estados Unidos, Brasil, Chile e Argentina impuseram (MONCAYO, 2011, p. 38).

A Guerra de Paquisha de 1981

Em 22 de janeiro de 1981, o Peru ataca helicópteros equatorianos que eram abastecidos em Paquisha, Mayaycu e Machinaza. Logo após, lança uma ofensiva traiçoeira sobre o novo território, em 28 de janeiro, através de bombardeio aero ao destacamento de Paquisha.

Durante os 10 anos de conflito em Paquisha, o incidente de Cusumaza entre julho e agosto de 1991, gerou uma série de acontecimentos políticos-diplomáticos que tiveram muita importância neste momento, tais como:

1. Pacto de Caballeros – 20 de agosto de 1991;
2. A Proposta de Julgamento na Assembleia das Nações Unidas – 30 de setembro de 1991, ofertado pelo presidente Dr. Rodrigo Borja; e
3. Visita do presidente ing. Alberto Fujimori a Quito – em 9 de novembro de 1992 e entrega da proposta do perito.

A partir dos fins de 1994, ocorreram várias infiltrações de patrulhas peruanas na área do conflito. Mais importantes que podemos citar estarão mencionadas a seguir.

A Guerra do Cenepa de 1995

A última guerra do Continente Americano e do ocidente, completou 21 anos e ocorreu na selava limítrofe entre Equador e Peru. As Forças Armadas dos países envolvidos recordam esta data acadêmica que resultaram em ações desenvolvidas por seus soldados e que os expôs a lições aprendidas na Guerra do Cenepa. A Academia de Guerra do Exército equatoriano possui uma coleção de cinco volumes de documentos sobre o início do conflito, que requerem ser analisados e estudados como fonte de consulta para estudos sobre esta guerra.

Os resultados militares desta guerra são descritos pelas operações que foram desenvolvidas e estão baseados nas batalhas que foram vivenciadas dia a dia. Tive a oportunidade de comandar uma equipe de Combate em Cenepa e assim participar diretamente da execução das operações de contra-ataque em “Quarta-feira Preta” em setor de Trueno dois de Maizal em Tiwintza.

Os relatos das ações efetuadas dia a dia se encontram nos arquivos do Estado-Maior das unidades envolvidas, nos livros produtos das sínteses das versões dos atores, nos informes e partes de objetos da guerra, nas memórias de cada um dos combatentes que correram riscos de serem esquecidos

ao longo do tempo. “A limitada vitória do Equador na área denominada de Cenepa, alcança um novo limiar ao antigo conflito: o Equador infringiu uma derrota militar ao Peru pela primeira vez desde a batalha de Tarqui, de 1829” (MARCELLA, 2013, p. 4)

Em homenagem aos 20 anos pela guerra do Cenepa, a Academia de Guerra do Exército equatoriano produziu uma síntese em cinco volumes, dos documentos sobre as primeiras informações relacionadas a guerra, que se encontra disponível para pesquisa na biblioteca da mesma. Através destes documentos podemos desenvolver esta revisão bibliográfica, buscando conhecer os estudos que foram efetuados sobre o tema, analisar os posicionamentos históricos, diplomáticos e militares de cada país e seu ambiente e aprofundar minha investigação sobre a importância do treinamento especial para as unidades que operam em ambientes de selva.

Os conflitos interestatais têm várias origens, no caso dos vizinhos do Equador e Peru existem conflitos que ocorrem desde surgimento dos povos indígenas nos Andes.

Estes problemas se incrementaram com o nascimento dos Estados Nacionais na América do Sul, que seguiram “a solução determinada por Simón Boliviar de aplicar o *Uti Possidetis”* baseado na divisão territorial administrativa colonial, estabelecida na Cédulas Reais” (Moncayo, 2011, p. 19). Os documentos foram elaborados em outro continente distante da realidade local, fato que gerou diferentes interpretações pela ambiguidade de seu conteúdo provocando dificuldade na aplicação das disposições políticas, econômicas, religiosas e militares.

A maneira como esta história foi passada para as crianças tanto no Equador quanto Peru aprofundou a problemática levando ao extremo, uma solução política através do emprego de armas. As diferentes óticas da história territorial foram transmitidas pelos livros de cada país e assim formaram a identidade nacional de cada Estado e povo. “Uma história de discórdias, muitos ressentimentos, temores, interesses geopolíticos, militares identificados, todos esses fatores se transformaram numa verdadeira ideológica ultranacionalista, que se difundiu através de inúmeros meios, sendo a educação um dos mais fundamentais” (LUNA, 1999). Alguns autores falam de um ódio doentio, da existência de um inimigo natural (FOURNIER, 1995), quando se cultivou um nacionalismo doentio (MONCAYO, 2011), relações bilaterais caracterizadas pela desconfiança e conflitos (CHIABRA, 1995).

No meio militar também existem sentimentos nacionalistas, mas claro que as Forças Armadas são o elemento vertebral do Estado, como herdeiros de nossos ancestrais, “entre os membros das Forças Armadas, o conhecimento da imensa perda territorial de nossos pais, acabou criando um sentimento que levou a decisão de que nunca mais o país seria vítima mais de desapropriação territorial ou de agressão contra a dignidade e honra (MARCELLA, 2013, p. 5), “em todas as atividades cotidianas das diversas Instituições Militares das Forças Armadas equatorianas é relembrado o desmembramento territorial

sofrido pelo país que foi causado pela obstinada ocupação ao longo da história, realizado pelo Peru na Amazônia, valendo de seu poder militar, que eram absolutamente desproporcionais em relação a do Equador" (BARROSO, 2007, p. 39). Esta história jamais poderá se repetir, escreve atualmente a história.

A consciência dos povos de um e de outro lado está sendo cultiva fundamentalmente sob um forte sentimento de desconfiança e preocupação estatal constante sobre sua segurança e defesa, a isto está sendo incorporado como objetivos prioritários a manutenção de elevados níveis de operabilidade militar, prontas para serem utilizadas a qualquer momento, se mantendo distante das relações com os países vizinhos.

A dificuldade da aplicação do Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942, utilizado como resultado da intervenção dos países como garantia da paz, após a invasão peruana de 1941 no território equatoriano, acabou gerando várias disputas e cinquenta anos depois ocasionou a última guerra do ocidente. Para o Peru, os cinco volumes sobre o conflito armado do século XX (1910, 1941, 1981, 1991, 1995), foram em território peruano segundo a linha estabelecida pelo Protocolo de Rio de Janeiro" (FOURNIER, 1995, p. 40).

A Guerra do Cenepa e a intervenção posterior a missão de observação militar dos fiadores permitiu que fossem estabelecidos os limites definitivos, gerando um conflito centenário entre países irmãos que não tiveram outra alternativa se não conviver e desenvolvê-las juntas.

O Protocolo do Rio de Janeiro gerou várias interpretações, não pode ser aplicado em 74 km do Valle do Cenepa, várias áreas não foram identificadas, fatos esses que geraram vários impasses. O Peru sempre deixou claro que não existia problema relacionados aos territórios do equador e que todos os problemas existentes foram produzidos pelo Protocolo do Rio de Janeiro, expressam que "a atitude equatoriana de respeito ao Protocolo do Rio de Janeiro não tem sido consistente ao longo do tempo" (CHIABRA, 1995), enquanto o lado equatoriano determina que "somente depois da vitória do Cenepa se conseguiu que o Peru aceitasse a existência do impasse subsistente e assim admitisse a negociação" (MONCAYO, 2011).

Ocorreram vários acontecimentos que antecederam a Guerra do Cenepa tais como: estabelecimento do destacamento peruano de Pachacutec nos fins de 1990, em razão do questionamento sobre a presença do destacamento equatoriano na área da foz do rio Yaupi e do rio Santiago, "Equador construiu em 1977 um destacamento batizado com o nome de Ten Ortiz, herói da guerra de 1941 (MONCAYO, 2011, p. 77), ainda foi construído outro destacamento que foi chamado de Etza nesta área, em 1991.

Com o objetivo de evitar confrontos, no mês de agosto foram iniciadas conversações a nível diplomático para que se fixasse um acordo em favor do "Pacto de Caballeros", que determinava uma separação de forças de 2 km para cada lado, para assim evitar o confronto militar. O acordo foi cumprido parcialmente, pois persistia a ameaça de ataque ao Destacamento Ten Ortiz, "a negativa dos militares peruanos em acatar o Acordo de Distensão foi um dos fatos que provocaram o conflito armado de 1995" (MONCAYO, 2011, p. 78).

Foi estabelecida uma cartilha de segurança para evitar o enfrentamento e entre outras coisas estabeleceu ainda que a Cueva de los Tayos fosse ponto de coordenação até que se estabelecem os limites das partes da jurisdição correspondente.

> Testemunhei os acordos telefônicos ocorridas entre os generais Carlomagno Andrade e Nicolas Hermoza, sobre manter a Cueva de los Taylos, como um local de encontro, para se aplicar as normas de comportamento e evitar conflitos. Tempos depois o presidente Fujimori declarou que sua estratégia foi a de manter congelado o problema sobre o Cenepa até que os assuntos internos estivessem sob controle. Já teria tempo para se expulsar os equatorianos que, segundo ele, estavam infiltrados nos territórios peruanos (MONCAYO, 2011, p. 97)

A partir de 1991, vários acontecimentos mostram a atitude de não cumprimento ao acordo firmado, em 1993 o Peru realizou reconhecimentos, através de contato com tropas equatorianas de Cueva de los Tayos, Base sul, onde sempre se encontravam patrulhas equatorianas. A partir de 1994 os militares peruanos insinuaram que bases equatorianas estariam em seu território, no mês de setembro deram início ao patrulhamento até as áreas do Destacamento de Coangos (Moncayo, 2011), no entanto as relações eram cordiais, as patrulhas eram orientadas e acompanhadas até retornarem de Cueva de los Tayos.

Durante o mês de outubro de 1994 foram efetuadas várias patrulhas de reconhecimento, de busca e manutenção de trilhas constatou-se a presença de barracões e área de semeação de milho, isto em territórios ocupados por tropas equatorianas.

No mês de novembro as tropas de reconhecimento aéreo e terrestre ainda são feitas por cada exército envolvido e as tropas peruanas relatam que as bases, barracões e fazendas equatorianas estavam em território peruano (FOURNIER, 1995; MONCAYO, 2015).

Em dezembro as atividades foram intensificadas e tropas peruanas do "PV 1 informou a presença de tropas equatorianas ao norte de sua posição" (CHIABRA, 1995), movimentos estes que contribuíram para que no dia 12 de dezembro s realize uma reunião na área de Base Sul, os nomes dos comandantes das unidades no nível de batalhão estavam o TC César Aguirre, Comandante do BS n° 63 "Gualaquiza", o Comandante Manuel Lazarte, Comandante do BIS "Callao" N° 25 quem adverte que a tropas

equatorianas deveriam sair desta área (CHIABRA, 1995), ele escreve no informe equatoriano, onde apresenta uma carta que diz:

> O limite Político Internacional abrange toda a conta e cabeceira do rio Cenepa, por conseguinte, a Base Sul, Base Tiwintza e Cueva de los Taylos, estão em território peruano. Também o comandante do BIS-25 comentou que no mês de janeiro de 1995 se iniciaram uma campanha de reeleição presidencial, onde um problema sobre a disputa por limites poderia ser positivo para ganhar as eleições (MONCAYO, 2011, p. 104).

No dia 13 de dezembro ocorreu uma reunião no destacamento Cahuide entre os comandantes das Brigadas General Vladimiro López, comandante da 5-DIS (Divisão de Selva) e o Coronel José Grijalva, comandante da 21-BS "Condor" (Brigada de Selva). Logo após as saudações protocolares iniciou-se a reunião que tratou dos seguintes pontos:

> O General Lopéz do Peru expôs entre outros pontos o seguinte:
>
> - A falha de Braz Dias de Aguiar quando considera a cordilheira do Cóndor como uma fronteira natural na área do San Francisco e Yaupi, com este marco a bacia do Cenepa é peruana em sua totalidade e a bacia do Coangos é equatoriano, neste contexto foi determinado que a presença das tropas equatorianas em Tiwintza-Base Sur, a bacia dos Tayos, constituem-se numa infiltração ao território peruano.
> - Não foi aceito o *Statu Quo* atual, pois sendo estes territórios historicamente peruanos, por este motivo foi orientado a saída das tropas equatorianas das áreas mencionadas.
>
> O Coronel Grijalva, do Equador expôs que:
>
> - Levando-se em conta que a bacia de Tayos, Tiwintza e Base Sur estão sob seu controle por muitos anos, que se mantenha assim, até que os organismos competentes definam sua posição.
> - Que continue sendo mantida a bacia de Taylos como ponto natural de encontro a ser respeitado pelas duas partes e que não seja considerado a bacia de Tayos como limite.
> - Que não seja aceito o Rio Cenepa como delimitação, já que ele não é considerado em nenhum laudo do acordo, recomendando-se ainda que os 78 km delimitados não sejam revisados e definidos pelas comissões equatorianas, por não ser um mediador benevolente para os países. (MONCAYO, 2011, p. 119).

A reunião se resume no seguinte parágrafo e todos os autores concordam mesmos os com visão opostas:

> Cel Grijalva: durante muitos anos temos considerado a bacia do Tayos como um ponto de encontro a ser respeitado pelos dois países.
>
> Gen López: Olha para você e lamento em dizer que não há acordo, neste caso ou em qualquer outro, é uma interpretação unilateral por parte de vocês (MONCAYO, 2011, P. 116; FOURNIER, 1995, p. 57)

Os últimos dias do mês de dezembro de 1994, Equador e Peru viveram de formas diferentes e intensidades, quanto ao conflito bélico, enquanto em Lima existia uma passividade que lhes permitia

seguir desfrutando do verão, devido a confiança sobre os resultados anteriores aos confrontos (Chiabra, 1995), em Quito se reforçavam as unidades dispostas na cabeceira do Cenepa, quando se formou um Agrupamento Tático Geral Miguel Iturralde, baseado no Grupo de Forças Especiais n° 26, o Batalhão de Selva n° 63 "Gualaquiza" e a Companhia de Operações Especiais n° 21.

Estas novas unidades tinham como missão defender a cabeceira do Cenepa, sem ceder ao General Coangos, Base Sur, bacia de los Tayos, Cóndor Mirador. Como já era previsto pelo General Iturralde um mês antes, da guerra, era eminente que ocorresse a preparação das unidades para que fosse reescrita a história de nosso país.

A partir de 17 de dezembro o Agrupamento Miguel Iturralde (AGMI), iniciou o controle no Valle do Cenepa, dando-se início pela preparação do terreno e do pessoal. "Ao contrário de 1981, os combates foram enfrentados desde início sob o comando das Forças Especiais. As unidades que estavam de frente e, portanto, se esforçam mais estavam constituídas por elementos da elite, que possuíam um longo e esforçado treinamento e que desempenharam muito bem junto as forças orgânicas da brigada" (MONCAYO, 2011, p. 113).

As tropas peruanas relataram estes acontecimentos assim: no final do mês de dezembro voltaram a encontrar patrulhas equatorianas ao norte do PV1 com motosserras, que evidenciava sua disposição para estabelecer posições permanentes, prontos para o confronto, como aconteceu logo depois (CHIABRA, 1995, p. 33). No final do mês de dezembro o General López da Divisão de Selva do Peru reforça os PPV, com o objetivo de detectar as prováveis tropas equatorianas infiltradas no território peruano.

No início do novo ano a região do Cenepa recebeu soldados equatorianos e peruanos cada um deles liderado por seus comandantes e estavam motivados em cumprir suas respectivas missões, que neste momento se encontrava no centro das atenções continentais e internacionais, destacando o Valle do Cenepa.

Na primeira semana do mês de janeiro foram identificados vários movimentos das tropas peruanas, visando fazer o reconhecimento da área. No dia 11 de janeiro ocorreu o primeiro combate entre as patrulhas equatorianas e peruanas na área "Y", a patrulha peruana é derrotada e se retrai voltando para o PV1.

No dia 7 de janeiro foi descoberta a construção de instalações peruanas na área da bacia de los Tayos, esta base possuía todas as condições para que pudessem cumprir futuras missões, ocupação acima da Cordilheira do Cóndor, estabelece-se como fronteira, assim como tinha ocorrido na área de Cuzumasa Bumbuíza, como posto de vigilância em Pachacutes (HERNANDEZ, 1997).

No dia 9 de janeiro uma patrulha peruana identificou tropas equatorianas com um efetivo superior que os cercaram e depois foram acompanhados até a bacia de los Tayos (CHIABRA, 1995; FOURNIER, 1995).

Em 11 de janeiro ocorreu um encontro entre as patrulhas envolvidas, onde se evidencia que o Peru estava infiltrado na área de conflito (Hernandez, 1997). Para o Peru "as operações se iniciaram quando as tropas equatorianas violam as normas atribuídas na Cartilha de Segurança, quando atacaram a patrulha do BIS "Callao" N° 25 (CHIABRA, 1995, p. 15).

No dia 16 de janeiro o comandante do Teatro de Operações (TO) General Moncayo recomenda ao comandante do AGMI que não ocorra uma guerra por posições, mas que sejam empregadas as bases clandestinas para que se tenha uma maior flexibilidade (HERNANDEZ, 1997, p. 76).

A partir do dia 17 de janeiro o Peru reforça suas unidades e avança conseguindo no dia 18 de janeiro infiltrar uma patrulha e construir um heliporto entre a Base Sur e Coangos (HERNANDEZ, 1997). Existe uma discrepância de data com o autor peruano que informa que a patrulha Tormenta foi emboscada no dia 11 de janeiro, mas no desenrolar da situação, foi constatado que causou baixa para o inimigo e que lhe conduziu a elevação de 1274 lugares com a criação do heliporto de Tormenta, dando condições de controla as operações aéreas de Coagos (CHIABRA, 1995, p. 45).

O comandante do AGMI comenta que uma das limitações impostas pela missão era que não queriam desencadear o conflito, foi o de restringir os reconhecimentos aéreos, "o não poder usar os helicópteros para reconhecimentos aéreos, como atitude de não provocar, se constitui numa limitação que o Peru aproveitou para infiltrar suas tropas" (HERNANDEZ, 1997, p. 89). A outra limitação era a de não atacar com fogo de artilharia os destacamentos peruanos PV1.

Em 23 de janeiro ocorreu a última comunicação entre o General López e o Coronel Grijalva. O Peru, não aceita o *Status Quo*. O Coronel Grijalva informa que a partir de então se ocorrem sobrevôo serão repelidos sob fogo. Então neste mesmo dia a patrulha peruana s infiltra nas nascentes do rio Cenepa, designando esta área como Base Norte.

No dia 24 de janeiro foi ordenado a evacuação do AGMI, que possui 4 equipes de combates (ECO). Imediatamente foi ordenado o planejamento e a preparação do ataque. Tropas e operações a cargo da patrulha Zafiro se infiltraram e assim puderam reescrever a história do Equador. O Tenente Tello comandante de um da equipe de combate narra como ocorreram os fatos no dia 26 de janeiro:

> As 17:55 horas o subtenente Jaramillo disparou a bengalas, dando início ao ataque. Sob fogo de morteiros, fuzis e foguetes LAW, que se concentrou na base da coluna da luma, o combate se estendeu aproximadamente por 11 minutos, durante os quais as tropas peruanas foram totalmente surpreendidas e assim não puderam ter nenhum tipo de resistência, optando pela luta de uma desesperada retira selva adentro (MONCAYO, 2011, p. 125).

A versão peruana é totalmente diferente:

> Em 26 de janeiro as 18:00 horas, de 1995, o Exército equatoriano ataca uma pequena patrulha, formada por 13 soldados que construíam um heliporto no barranco Fashion, para o ataque foi empregando primeiramente 5 helicópteros Superpuma de artilharia, morteiros de 81mm e 120mm durante três horas, atacando finalmente por terra com 150 fuzis além de uma companhia das Forças Especiais. Apesar da patrulha sofrer uma perda de 7 do efetivo ainda era maior a superioridade adversária, 13 soldados mantiveram durante 5 dias a posição, consta na lista equatoriana, retirando-se somente depois de ter terminado o abastecimento de munições, pois os 13 soldados da patrulha peruana acabaram com essa atitude ganhando o apelido de "gigantes do Cenepa" (CHIABRA, 1995; FOURNIER, 1995, p. 58).

No dia 27 de janeiro, o Peru iniciou uma ofensiva geral de ataque sobre o destacamento de Coangos, Ten Ortiz, Etza, Soldado Monge e Bacia de Los Tayos, para isso empregou bombardeios aéreos, fogo de morteiros e tentativas de ataques terrestres, onde ocorre grande derrota com muitas baixas (BARROSO, 2007, p. 54), pois estavam fortalecidas por campos minados. Devida a esta ação lá pela noite o presidente do Equador, declara estado de emergência nacional.

Em contraposição os autores peruanos falam em uma fraca resistência, causada pelo fantasma dos conflitos anteriores. Do mesmo modo, informam um número de baixas inexistente, apenas 9 baixas equatorianas., incluindo a morte do Soldado Barrera, em seguida promovido a Sub tenente Robert Barrera, atualmente é Tenente Coronel, comandante de uma Unidade de Comunicações, em Quito (FOURNIER, 1995).

Em 28 de Janeiro o Peru ataca o destacamento equatoriano de Soldado Monge, Ten Ortiz e a Bacia de los Tayos, sem êxito. No dia 29 de janeiro, as Forças peruanas promoveram um ataque em massa, principalmente na Bacia de los Tayos, Coangos, Ten Ortiz Etza e Soldado Monge. Durante o ataque, assim como nos dias anteriores com o apoio da aviação com helicópteros de artilharia e armas de tiro curvo. A Força Aérea equatoriana derrotou o ataque e neste dia são abatidos dois helicópteros peruanos em Tenente Ortiz e na Bacia de los Tayos.

No dia 31 de janeiro ficou evidenciado a importância de se cultiva um espírito nacionalista que vai dar sustentação ao tripé que falava Clausewitz – Governo, Povo e Forças Armadas. Bem, os ataques continuam no dia 1° de fevereiro a Cóndor Mirador, a Bacia de los Tayos e ao destacamento de Machinaza, os peruanos sofrem baixas ao cair no campo minado (BARROSO, 2007, p. 55).

Nos dias 3, 4, e 5 continuaram os ataques, mas não obtiveram êxito diante as posições defensivas de Coangos, Bacia de los Tayos, Base Sul e Tiwintza. No relato do Comando Conjunto das Forças Armadas equatorianas, mencionam até 5 de fevereiro as 12:00 horas, a seguinte relação: 08 mortos, 16 feridos, 02 desaparecidos. Foram capturados dois soldados peruanos (BARROSO, 2007, p. 55). O Comandante do AGMI, Coronel Hernández, recebeu uma determinação do Conselho de Estado-Maior

para colocar as Baterias de Lançadores Múltiplos de Foguetes na Cordilheira do Cóndor, isto devido à falta da Força Aérea.

No dia 5 de fevereiro, o Conselho de Estado-Maior sob o comando de TO Gral Moncayo, reorganizou as forças do dispositivo defensivo, dividindo a atual unidade que passou de Brigada Reforçada a constituísse em dois Agrupamentos d Selva, um deles seria chamado de "Miguel Iturralde" e o outro Carlomagno Andrade, mantendo a mesma estrutura de uma Brigada.

Durante os dias 8 e 9 de fevereiro, continuam o ataque a Bases equatorianas, mas sem êxito; no dia 8 de fevereiro um helicóptero peruano foi derrubado, quando atacava a Base Sul e Coangos com mísseis Igla.

No dia 9 de fevereiro ocorreu um acontecimento muito importante e que deve ser analisado. A designação e incorporação como comandante das operações do Comandante Roberto Chiabra, que no livro "Missão de Horror", narra que foi designado a assumir o comando das operações em PV1. Chegou no dia 9 de fevereiro e o General López depois de sua apresentação parecia apático, evidenciando seu incomodo com sua presença, representava que outro oficial estava ali para comandar as operações. O mesmo sentimento despertou no Estado-Maior do General López quando foi questionado sobre o planejamento das operações (CHIABRA, 1995, p. 57).

No dia 10 de fevereiro, os aviões da Força Aérea equatoriana (FAE) derrubaram dois Sukhoi e um A-37b, as tripulações do Sukhoi morreram, fato que não aconteceu com a tripulação do A-37b, que injetaram. Este dia pode ser consagrado como o dia da "Aviação de Combate", por ter sido executado o primeiro combate aéreo ocorrido na América, "mais ainda o emprego de parte da Força Armada do Equador sobre a doutrina 'defesa ativa', a Bacia do Cenepa parece ser uma adaptação da 'doutrina terra-ar' nas Forças Armadas norte-americanas" (MARCELLA, 2013, p. 7).

No dia 11 de fevereiro ocorreram vários confrontos no triângulo formado pelas Bases da Bacia de los Tayos, Base Sul e Tiwintza, os ataques são afastados. Aviões da Força Aérea peruana (FAP) bombardearam os postos equatorianos de Banderas e Numbatakaime, situados fora d área de conflito (BARROSO, 2007, p. 56). Uma patrulha peruana foi emboscada, porém a situação se desenvolveu e acabou causando baixas ao inimigo, colocado na cota dos 1274, onde se criou o heliporto de Tormenta, que dá condições de controlar as operações aéreas de Coangos (CHIABRAS, 1995).

Nos dias 12 e 13 de fevereiro, fortes combates são realizados na Base Sul, na Bacia de los Tayos e Tiwintza, a fim de conquistar toda costa, porém não conseguiram alcançar seu objetivo. O presidente peruano assegura ter capturado Tiwintza e declara unilateralmente sob alto fogo, esta situação, no entanto é desmentida, através da visita da imprensa nacional e internacional. "O Equador aceita o cessar fogo que é proposto pelos países fiadores do Acordo de Paz, que estabelece a presença imediata de

observadores para constatar o cumprimento do acordo por ambas as partes. O comandante do AGMI se mostra indignado com esta situação. Fujimori declara cessar fogo e diz ter conquistado Tiwintza" (HERNADEZ, 1997, p. 123).

De 14 a 21 de fevereiro o cessar fogo aceito pelo Equador se iniciou a 12 horas, isto no dia 14 de fevereiro. Imediatamente o Ministério da Defesa Nacional autorizou a entrada da imprensa nacional e internacional a Tiwintza e assim evidenciarem que a Base seguia sob poder das tropas equatorianas. Pode-se verificar no local que as coordenadas da posição coincidiam com as que foram comunicadas pelo Equador aos países fiadores do acordo (BARROSO, 2007, p. 56). Por outro lado, o Peru não permitiu a entrada dos jornalistas para fizessem as verificações, estabelecendo a dúvida na opinião pública sobre seu país.

Os olhos co comandante do AGMI, o braço diplomático peruano tinha vindo apoiar também como braço militar. O objetivo era realizar uma parada nas operações para assim permitir que as tropas peruanas se infiltrassem nas áreas que não controlavam (HERNANDEZ, 1997, p. 128).

Nos dias subsequentes o Peru amparado pelo cessar fogo, aproveita para aproximar suas Forças, reorganizar sua disposição e ocupar posições. Apesar de continuarem acontecendo combates esporádicos. As tropas equatorianas se incorporam ao Arutam as unidades de primeira linha.

No dia 17 de fevereiro o Peru aceita assinar o Acordo de Paz proposto pelos fiadores do mesmo, considerando que o Equador já tinha aceitado. Este Acordo estabelece que as tropas do Equador e Peru deviam concentrar-se em Coangos e o PV 1 respectivamente ficariam sob supervisão dos observadores.

Durante os dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro o Peru intensificou os combates devido a eventual chegada dos observadores militares, quando ocorreram os mais duros confrontos em Tiwintza, tendo como objetivo levar o Peru a alcançar o planejamento que o presidente Fujimori queria apresentar ao povo.

No dia 21 de fevereiro com a chegada do grupo precursor os observadores militares liderados pelo General brasileiro Ariel Pereira da Fonseca, neste mesmo dia o General Moncayo apresenta um áudio, onde o comandante da Divisão de Selva o General López Trigoso, determinava a conquista de Tiwintza neste dia.

Membros da missão avançada entraram em Coangos em 22 de fevereiro, foram enviados pelos países fiadores do Acordo, para se certificar do cumprimento do cessar fogo. Contrário ao esperado se encontrou uma luta acalorada na somente uma selva espessa poderia esconder. Em plena Declaração de Paz, na qual se comprometeram em cessar fogo durante as operações militares, de maneira traiçoeira e desleal as tropas peruanas atacaram com todos seus meios Tiwintza, El Maizal, Base Norte e a "Y". O resultado foi: 13 mortes e 20 feridos sacrificados numa jornada vergonhosa para os comandos peruanos.

No dia 27 de fevereiro, dia que para o Exército Equatoriano em 1995, foi muito especial, isto porque celebraram as trincheiras. O comandante do AGMI argumentava que "em outras regiões do mundo onde existem conflitos, os observadores auxiliam imediatamente a fim de evitar o derramamento de sangue. Neste caso levaram muito tempo. Definitivamente cada país tem que possuir seus meios de defesa" (HERNANDEZ, 1997, p. 153). O cessar fogo dependia da vontade dos dois países "um cessar fogo sempre será decisivo, e assim continuar a intransigência equatoriana" (FOURNIER, 1995, p. 73).

Após 1981, os equatorianos se preocuparam em corrigir todos os erros cometidos e estavam melhores preparados. Há que se considerar o desejo do Peru em desencadear uma operação rápida e violenta no Alto Cenepa, pois estava confiante no que havia ocorrido em 1981. A experiência dos peruanos na luta contra a subversão permitiu-lhe adquirir certas habilidades, mas não todas as necessárias para uma guerra convencional, tais como o uso eficaz de Engenharia, Artilharia de campo e antiaérea, e da Logística da Guerra, foi o grande calcanhar de Aquiles das Tropas Peruanas. No lado equatoriano do conflito, o conhecimento do terreno tornou-se a sua principal ferramenta para o desenrolar das Operações. Seus soldados treinados em tropas da selva eram muito familiarizados com o ambiente de selva e as características especiais desse conflito.

O Acordo de paz definitivo veio em 1998, quando Peru e Equador assinaram a *Acta de Brasília*, colocando um fim ao conflito. Desde então passaram a trabalhar conjuntamente na criação de laços de confiança mutua e em ações como as de desminagem das áreas entorno da cabeceira do rio Cenepa (ITURRALDE, FRANCHI, 2016).

REFERÊNCIAS

BARROSO, M. P. **Cenepa**: a última guerra Sul-Americana. Rio de Janeiro: Editora Stamppa, 2007.

CHIABRA, R. "Cenepa Mision De Honor". **Youtube** [1995]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 23/09/2022.

FOURNIER, E. **Tiwinza con Zeta**: toda la Verdad. Lima: FIMART, 1995.

FRANCHI, T. *et al*. "Taxonomy of interstate conflicts: is South America a peaceful region?". **Brazilian Political Science Review**, vol. 11, 2017.

GALLARDO, J. "La defensa militar del Alto Cenepa." *In*: GALLARDO, J. *et al*. (orgs.). **Tiwintsa**. Quito: El Conejo, 1995.

HERNANDEZ, L. **La Guerra del Cenepa**: Diario de un Comandante. Quito: Coorporacion Editora Nacional, 1997.

ITURRALDE, M.; FRANCHI, T. “El conflicto del Cenepa. Los dividendos de la paz”. **Military Review**, Cuarto Trimestre, 2016.

MARCELLA, G. **Guerra y paz en el Amazonas**: Implicancias politicas del conflicto Ecuador-Peru, para los EEUU y América Latina. Washington: War College Us Army, 2013.

MARES D.; SCOTT P. **Poder, instituciones y liderazgo en la paz y la guerra**. Quito: Flacso Ecuador, 2012.

MARES, D. “Un análisis del contenido de la cobertura dada por los mas importantes diarios de Estados Unidos y Reino Unido, entre 1994 y 1998”. *In*: ADRIAN, B. (org.). **Horizontes de Negociacion y Conflicto**. Quito: FLACSO, 1999.

MONCAYO, P. **CENEPA, Antecedentes del Conflicto y la Paz**. Quito: Coorporacion Editora Nacional, 2011.

NUNES, Y. S. “Litigio entre Guyana y Surinam sobre los límites marítimos (2000-2007)”. **Revista das Ciências Militares**, vol. 16, n. 55, 2021.

SOUTO, J. C. F.; ALMEIDA PAIM, R.; FRANCHI, T. “As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro”. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, vol. 5, n. 2, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 12 | Nº 36| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima